

# Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 18, janeiro a julho de 2007

## O CONCEITO DE VIOLÊNCIA E O MEIO AMBIENTE EM MICHEL SERRES

Humberto Calloni<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo trata de enfatizar o profundo anelo de Michel Serres pela paz.

Como veremos adiante, o sentido da paz para o filósofo francês não advém de uma determinidade exterior ou *deus-ex-machine* ao universo humano, mas emerge a partir de contratos jurídicos nos quais as guerras são regulamentadas a fim de se estabelecer o armistício.

É que a história da humanidade é a história mesma da violência. Seja a violência objetiva – aquelas agressões permanentes contra a natureza, o planeta Terra -, seja a violência subjetiva – as guerras e agressões regulamentadas ou não entre os seres humanos – a violência é um fenômeno visceral à condição humana, cujas modalidades e intensidades são indescritíveis.

Assim, por mais paradoxal que possa parecer, a paz entre os humanos e entre estes e a natureza só será possível a partir de contratos de direito e de fato em que ambas as partes se comprometam com a preservação de suas vidas. No que diz respeito ao planeta Terra, o mundo físico tal e qual, é preciso considerá-lo um inimigo (tal como, de fato, é consciente ou inconscientemente considerado) a fim de declarar a guerra após o devido contrato jurídico, com o qual se preserva o armistício, o fim do combate, a derradeira paz. Assim como foi assinado o Contrato Social para preservar a paz entre os homens, há necessidade, segundo o filósofo, de que se assine um Contrato Natural com o planeta Terra. A partir desse acordo entre iguais juridicamente, as partes inimigas poderão, enfim, assinar o acordo de paz.

Para que o contrato natural tenha legitimidade é necessário que o planeta Terra seja considerado sujeito de fato e de direito. Por esse acordo, a Terra não poderá mais ser considerada mero objeto de espoliação, violência pura e simples, sem limites e

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da FURG, atual coordenador da COMCUR do PPGEA, e-mail: [hcalloni@mikrus.com.br](mailto:hcalloni@mikrus.com.br).

sem leis. Como sujeito de direito, o mundo natural deverá ser preservado da destruição que se lhe avizinha e nós, humanos, a nossa espécie.

O meio ambiente é tudo, diz o pensador francês. O planeta Terra somos nós enquanto conscientes dos vínculos matriciais que nos conectam com o misterioso acontecimento da vida.

**Palavras-chave:** Paz, Contrato, Violência, Guerra, Planeta Terra.

## ABSTRACT

This article seeks to emphasize Michel Serres's deep yearning for peace.

As we will soon see, the meaning of peace for the French philosopher does not come from an outer determinacy or a *deus-ex-machine* to the human universe, but emerges from juridic contracts by which wars are regulated in order to establish armistice.

The fact is that the history of humanity is the history of violence itself. Whether we deal with objective violence – those ongoing agressions against nature, the planet Earth -, or subjective violence – the wars and agressions regulated or not among human beings – violence is a phenomenon visceral to human condition the modes and intensities of which are indescribable.

Thus, however paradoxical it might sound, peace among humans and between humans and nature will be possible only when contracts are justly and factually accorded where both parties agree to preserve their lives. As for the planet Earth, the physical world as such, it is necessary to take it for an enemy (such as, in fact, consciously or unconsciously, it is taken) in order to declare the war after the relevant juridic contract with which it is preserved the armistice, the end of the combat, ultimate peace. As it was signed the Social Contract to preserve peace among men, it is of necessity, according to the philosopher, to sign a Natural Contract with planet Earth. With this agreement between juridic peers, opponent parties will finally be able to sign the peace agreement.

In order that the natural contract be legitimate it is necessary that the planet Earth be considered subject factually and rightly. By this agreement, the Earth will no more be considered mere object of spoliation, sheer violence, limitless and lawless. As subject by right, natural world will be preserved from the destruction which approaches and we, human beings, will preserve our species.

Environment is everything, says the French thinker. The planet Earth is ourselves while we are conscious of the matricial links that connect us to the mysterious event of life.

**Keywords:** Peace, Contract, Violence, War, Planet Earth.

## Introdução

As obras publicadas pelo autor filósofo francês Michel Serres (1930- ) encerram as grandes temáticas do mundo contemporâneo, com especial ênfase aos estudos da ciência, do direito, da história das religiões, do cuidado com o planeta Terra, da educação, das matemáticas, enfim, da filosofia...

Talvez tenha sido esse domínio de conhecimentos em esferas distintas e complementares que cativou o meu interesse por estudar o autor de “O

Terceiro Instruído”. Ou seja, essa qualidade interdisciplinar presente em suas obras aliada a um enfoque teórico *mestiço*, quero dizer, transdisciplinar, chamou-me a atenção e o desejo de transportar-me para o seu universo epistemológico. É claro que encontrei muita dificuldade em decifrá-lo de vez; mas o esforço e a determinação em assenhorar-me de seus ensinamentos permitiu-me focalizar algumas aproximações entre o parco acúmulo do meu conhecimento de filosofia e a sua indiscutível erudição.

Não pretendo fazer uma longa Introdução a este artigo, mas quero deixar claro desde já que Michel Serres possui uma característica peculiar, genuína para refletir sobre as questões do mundo atual, seja como epistemólogo, seja como enigmático anunciador da paz entre o homem e a natureza. Em todas os seus escritos pode-se perceber esse reclamo da paz; a denúncia contra a violência em todas os sentidos; o apelo para um mundo melhor, justo, equilibrado pela razão e pelo juízo.

É interessante constatar que a sua abordagem teórico-metodológica jamais parte de um fundamento último no qual se possa verificar uma justificação enraizada em qualquer metanarrativa que privilegie um fenômeno físico ou metafísico como determinante para tudo mais. Contrafeito com a Academia, parece insurgir-se contra ela. Assim, em seus escritos, vale-se de palavras coloquiais, resgatando, muitas vezes, conceitos rebaixados pelos intelectuais e pelo homem da rua ressignificando-os e alocando-os num patamar recodificado pelo conteúdo original de sua mensagem, como é o caso do termo *mestiço*. Ainda assim, ou seja, apesar de seu investimento em palavras coloquiais, a sua lexicografia não nos autoriza, paradoxalmente, a dispensa dos dicionários.

O traçado metodológico de Serres pode surpreender o seu leitor desavisado. É que o filósofo pensa *sempre* a partir da idéia de relações (relações vetoriais) e, como pensa "vetorialmente", como ele mesmo se refere, faz conexões temáticas inesperadas, surpreendentes, talvez não pensadas pelo seu interlocutor-leitor, remetendo este último do tempo presente ao universo mitológico ou pré-histórico e, novamente, do fantástico à realidade atual. O filósofo inaugura conceitos, sentidos e significados próprios e desdenha de citações e até mesmo de bibliografias, muito embora não deixe de registrar aqui e ali, direta ou indiretamente determinados pensadores que o instigaram. Decididamente não-acadêmico, nem por isso Michel Serres constrói seus textos aleatoriamente, uma vez que existe claramente uma estrutura coerente no conjunto da obra.

O autor de “O Contrato Natural” possui uma idéia particularmente ardua quanto à eficácia de certa noção de crítica, quando esta se petrifica em si mesma e perde-se ante a sua vaidade ilocutória enquanto o mundo desaba sem a ação derradeira para a sua restauração. Defensor da liberdade de pensamento e da criatividade; do inédito, da invenção de soluções aos problemas que o ser humano coloca a si mesmo ou que causa em relação à vida e à existência do planeta, Serres é acima de tudo um Iluminista que reabilita a razão re-entronizando nesta última os sentidos, os sentimentos, o mito, a fantasia, o imaginário, a magia, a poesia e o encantamento do porvir.

Eis o que pede à filosofia: que de agora em diante se preocupe com as questões reais da existência humana e da *physis* como uma totalidade. Neste sentido, Serres nos adverte, com a sua literatura/filosofia sobre a necessidade urgente de educarmos os cientistas como filósofos e os filósofos como cientistas se desejarmos a paz no lugar da guerra; do amor e da poesia no lugar da violência; do saber e da magnanimidade da bondade no lugar da ignorância e da indiferença; da justiça e solidariedade no lugar da opressão e do egoísmo.

## I. Das Violências Subjetiva e Objetiva

No início do seu livro "O Contrato Natural", Serres ilustra didaticamente o que passará a dissertar por violência subjetiva e objetiva. Para tanto, lembra um famoso quadro de Goya em que dois indivíduos lutam com seus varapaus em meio a um terreno lamacento, na verdade constituído de areia movediça<sup>2</sup>.

Michel Serres relata dois sujeitos brigam entre si, cada qual se esforçando ao máximo para uma saída vitoriosa. Nós, de fora e simples observadores, podemos torcer por um ou para outro; podemos fazer apostas, se quisermos. Quem ganhará? Quem sairá derrotado? Mas a cada movimento executado com a força de seus braços o terreno movediço vai cedendo. Apesar disso, cada um pensa em si e não percebe que seu corpo está sendo sugado paulatinamente pela lama. Um pouco mais de luta e eis que a areia movediça encobre seus joelhos; nós, que os observamos de longe, já conseguimos ver seus peitos desaparecerem enquanto ainda bradem seus varapaus seu cessar até serem engolidos pelo pântano.

Nós, que estamos assistindo a cena, não observamos apenas dois contendores a se debaterem até a morte. Conseguimos observar um terceiro elemento que eles parecem ignorar: o pântano ou areia movediça ou terreno, onde se digladiam. É, na verdade, uma luta a três, ou seja, os dois inimigos e mais o meio, o terreno que os afunda e que de fato vence a luta.

Esta alegoria quer nos mostrar a natureza frágil do ser humano num período em que a Natureza era ameaçadora e mostrava-se fortalecida pelos seus próprios processos de vitais. E tanto os contendores quanto nós, observadores externos, nada podíamos fazer diante da força da natureza (a não ser brigarmos entre nós como se o mundo não existisse ou não fizesse parte do conceito de realidade).

Até aqui podemos verificar a existência da violência pura e simples entre dois combatentes. Mas há um elemento terceiro, a areia movediça ou pântano, enfim, a natureza, o mundo físico, o planeta Terra. Imaginemos, agora, não apenas dois contendores, mas grupos de indivíduos humanos que se enfrentam mutuamente. Ou melhor: imaginemos dois grandes exércitos de homens a se digladiarem, não necessariamente num terreno pantanoso, mas em terra firme ou no próprio mar. Ampliemos agora a representação dos dois inimigos da tela de Goya para um universo povoado de seres humanos a se ferirem mortalmente, a ponto de todos serem mutuamente destruídos. Eis a violência pura e simples, promotora da extinção da própria espécie, adverte o filósofo. Ora, para que tal não ocorresse, foi necessária a existência de um determinado contrato de direito entre os homens, o Contrato Social, que pudesse assegurar o mínimo de convivência pacífica entre os homens.

Para efeitos da violência pura e simples, parece que o Contrato Social teve êxito! Mas as lutas entre os homens, estados ou países rivais continuaram..., as quais, desde os mais remotos tempos, têm pontuado a história da humanidade. Sempre e cada vez mais novas tecnologias são desenvolvidas a guisa de destruição, onde se evidenciam os conhecimentos científicos aliados às técnicas de guerra<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Trata-se de *Hommes se battant avec des bâtons*. Quadro exposto no Museu do Prado, em Madri. (N.A.)

<sup>3</sup> A primeira guerra mundial deixou um saldo de 9 milhões de mortos e, segundo estimativas, a Segunda guerra mundial destruiu entre 40 a 52 milhões de seres humanos. Cf. Enciclopédia Larousse Cultural V.12, p.2863. É interessante constatar, também, que a tela cubista de Picasso (1881-1973) retrata em preto e branco o que o pintor sentiu acerca da guerra civil espanhola, quando do bombardeio alemão à cidade de Guernica Y Luno, em abril de 1937, pela aviação alemã a serviço dos nacionalistas espanhóis. O touro, na tela, observa estupefato a tragédia humana.

Como seria possível mapearmos friamente todos os horrores da violência subjetiva, ou seja, àquelas guerras subjetivas, "nucleares ou clássicas", que "as nações ou estados travaram e travam entre si com vistas a uma dominação 'temporária' "? E de que forma as conseqüências das guerras objetivas, como conseqüência das primeiras, nos afetaram e continuarão nos afetando?

Por guerras subjetivas Michel Serres entende toda a violência regulamentada por um saber jurídico; portanto, define-se por um direito<sup>4</sup>. São as guerras entre povos ou nações passíveis de um controle jurídico. Quando Hobbes (1588-1679) denuncia a "guerra de todos contra todos"<sup>5</sup>, na verdade não se trataria, segundo Serres, de *guerra*, mas de violência pura e simples: algo incontrolável. Nas guerras subjetivas, porém, existe o arbítrio, que pode legislar em favor da preservação dos seres humanos, resguardando-os da extinção sem mais. Segundo o autor, a história humana começa com as guerras subjetivas e as guerras subjetivas começam com a história.

Por outro lado, guerras ou violências objetivas são aquelas travadas contra o mundo existente, o meio ambiente em que vive o ser humano, o planeta Terra. Porque as lutas são travadas sempre a três, segundo o filósofo: sejam dois inimigos ou grandes exércitos que se digladiam, o "teatro da guerra" é sempre o ambiente próximo ou distante - mas o mundo cósmico/físico - o planeta Terra. Ademais, a violência objetiva não se define apenas pelos resultados destrutivos das guerras subjetivas, mas de toda e qualquer violência praticada contra a natureza do mundo e o mundo da natureza. E nisto se inclui, por certo, não só a sucata de materiais bélicos da violência subjetiva, mas os poluentes químicos ( no mar, na terra e no ar), o lixo tóxico ou não, etc.

As guerras objetivas, assim, são travadas pelo conjunto de inimigos que se associam e dirigem seus artefatos contra um "inimigo" comum: o Planeta Terra. Trata-se, pois, de uma violência pura e simples contra o nosso planeta, pois até aqui não houve um contrato de direito. Se as guerras subjetivas são evidentemente de fato, mas, principalmente, de direito, as guerras objetivas padecem, ainda, de um direito que pressuponha um acordo jurídico para pôr fim à violência dirigida contra o mundo da natureza, o mundo tal e qual o conhecemos. Não havendo limite nem regra contra a violência objetiva, isto é, contra o planeta Terra, Serres insiste na necessidade de um Contrato Natural com o mesmo; um pacto semelhante aos acordos jurídicos que definem as guerras subjetivas. Pois, por paradoxal que possa parecer, as guerras *protegem-nos contra a reprodução indefinida da violência* pura e simples. Assim também em relação ao meio ambiente, à Terra, devemos considerá-la um "inimigo" comum para, assim, inventarmos um Contrato. Cruzam-se, pois, dois contratos: o Contrato Social e o Contrato Natural: aquele destinado a regular as relações dos homens entre si e entre os estados e, este último, às relações dos homens com a natureza.

---

<sup>4</sup> "Devemos definir a guerra como uma das relações de direito entre os grupos ou as nações: estado de fato, claro, mas sobretudo de direito". Ou, ainda: "A guerra não se caracteriza pela explosão bruta de violência, mas pela sua organização e o seu estatuto de direito". Cf. *O Contrato Natural*, pp.28-29.

<sup>5</sup> "De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. (...). Com isso se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama de guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens". Cf. Cap. XIII *Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria*, p. 75, *Leviatã*.

## 2. Do Diálogo

Para Serres, o diálogo entre dois sujeitos pressupõe sempre uma linguagem comum, ou seja, que ambos entendam a língua falada, com palavras num sentido próximo, de preferência semelhante<sup>6</sup>. Existe, pois, um acordo prévio ao diálogo, seja esse acordo explicitado ou não. Sem esse acordo prévio, não haveria, segundo o filósofo, sequer possibilidade de contradição entre os interlocutores, pois quando alguém fala uma língua estranha ou sem um sentido comum ao interlocutor, este se entrega ao mutismo; portanto, ao não-diálogo.

Podemos dizer que a condição para que o diálogo se estabeleça entre dois sujeitos é um acordo tácito acerca de uma linguagem compreensível entre ambos. Ou seja, um acordo tácito que precede o debate ou combate que, por sua vez, pressupõe um acordo.

Parece que Michel Serres quer mais uma vez chamar a nossa atenção para a idéia de que nós nos demovemos muito mais em relação aos nossos debates e com os quais nos combatemos e quase sempre nos esquecemos do meio no qual nos movemos. Isto é, esquecemos o mundo tal e qual (físico) sobre o qual debatemos.

Lembre-mos dos dois indivíduos que lutavam com seus varapaus e onde a natureza se mostrava hostil. Naquele cenário os dois sujeitos estavam preocupados em vitórias pessoais, num confronto cujas causas podiam ser várias. Naquele cenário, a natureza subjugava: os homens eram frágeis diante das forças naturais e ainda não haviam desenvolvido o domínio sobre elas. O ser humano precisava criar um Contrato Social não somente para bem viver em sociedade, mas para dominar seus instintos naturais e com isso se contrapor ao domínio natural. Em suma, naquela ambientação a natureza se mostrava forte e os humanos frágeis. E, ainda assim, a natureza era considerada apenas um palco de disputas, sem voz, tudo provendo, mas não incluída no reino da dignidade da razão. O homem estava *acima* dela.

Mais uma vez Serres se utiliza de uma metáfora para destacar a nossa teimosa indiferença ao mundo das coisas, ao planeta Terra. Agora, porém, e ao contrário dos inimigos munidos de varapaus, contendores silenciosos, Serres nos induz a imaginar dois sujeitos que dialogam entre si. Como dialogam, há entre ambos uma linguagem comum e de preferência um significado comum no que falamos. A discussão, com o tempo, fica acalorada, enquanto um *ruído de fundo* surge entre ambos e os obriga a aumentar o tom de voz cada vez mais elevada para contrapor o volume do ruído externo. Os contendores das falas não percebem que surgiu um *terceiro* elemento na disputa argumentativa, isto é, *o ruído* que, de fato, torna-se o verdadeiro inimigo a ser combatido, a fim de que o diálogo possa ter seguimento. Porém, inconscientes a isso, ou seja, obstinados unicamente em defender cada qual seu ponto de vista, já não apenas elevam ao máximo suas vozes, como também se utilizam de outros instrumentos para fazerem vingar cada qual o seu argumento: desde o início da nossa (humana) história até os dias atuais, os artefatos de guerra sofisticaram-se sobremaneira, enfatiza o filósofo.

Serres entende que os nossos argumentos, nossas disputas verbais esquecem a consideração em relação ao verdadeiro problema que está *gritando* ao nosso redor. Esquecem o *mundo das coisas*, onde se trava a guerra objetiva. Por mais paradoxal que nos possa parecer, é preciso *tornar* o planeta Terra nosso “inimigo” a fim de que ele seja efetivamente escutado. Como inimigo, segundo a lógica do autor, haveria um contrato de direito que regularia a guerra objetiva, causadora de danos

---

<sup>6</sup> "Mais ainda do que uma língua comum, o debate exige que os interlocutores utilizem as mesmas palavras num sentido próximo, de preferência semelhante". Cf. *O Contrato Natural*, p. 21.

irreparáveis ao nosso planeta. Sem um contrato (um texto sem ambigüidades) com o qual possamos fazer uma declaração de guerra com o planeta, continuará havendo *apenas* a violência objetiva, isto é, uma violência sem limites e sem regras do ser humano contra a natureza, *até esta cair sem combater*. Ora, se as guerras são travadas entre inimigos e são também, por definição, um estado de direito<sup>7</sup> (além do estado de fato) é mister que a Terra seja considerada "inimiga" para que a sua destruição não ocorra, pois somente um contrato jurídico pode prever o armistício, portanto a paz, ou seja, a preservação do planeta e da própria vida.<sup>8</sup>

Assim, o contrato de direito revela-se um mediador entre a violência pura e simples e a guerra definida como estado de direito. Para que esse contrato se efetive, não há dúvida de que deve existir um diálogo que torne possível o entendimento das partes: que ambos falem uma linguagem comum e de preferência em sentido semelhante.

Diante das dinâmicas globais, afirma Serres, o exército humano é incomparavelmente mais forte e nefasto quando aponta seus dardos para a Terra. O planeta, outrora hostil e insondável, é hoje um mundo frágil e anêmico. Quem parasitou suas entranhas? – pergunta o filósofo. Ora, os dois sujeitos de varapaus de Goya rir-se-iam hoje da fragilidade da Terra, mas, estupidamente, continuariam lutando indiferentemente ao mundo, assim como os dois sujeitos que se deleitam com suas oratórias inflamadas de vigor e contradições, enquanto o planeta geme de dor em suas chagas, mas é ignorado por não ser considerado um ser vivo com o qual devemos realizar um Contrato de Direito e desde já um pacto de não agressão entre sujeitos juridicamente legítimos.

## Comentário final

Serres parece dizer com raiva a seguinte afirmação:

"A nossa cultura tem horror ao mundo"<sup>9</sup>.

Nesta frase concentra-se, sob um ponto de vista genérico, o desprezo que o ser humano tem cultivado ao longo de sua história em relação ao mundo em que habita e do qual depende para sobreviver. Esse desprezo ou indiferença está simbolicamente representado por Serres em várias passagens de seus textos. Procuramos nos limitar, neste sentido, aos dois exemplos trazidos: os dois sujeitos de varapaus e os dois sujeitos que dialogam em voz alta pela disputa em serem

<sup>7</sup> "Por definição, a guerra é um estado de direito". Cf. Idem, p. 21

<sup>8</sup> "Ora, se existe um direito e, portanto, uma história para as guerras subjetivas, não existe nenhum para a violência objetiva, sem limite nem regra, por conseguinte, sem história. O crescimento dos nossos meios racionais conduz-nos a uma velocidade difícil de calcular, na direção da destruição do mundo que, por um efeito de retorno muito recente, pode condenar-nos a todos, e não já por localidades, à extinção automática. (...) ... precisamos novamente de inventar, sob a ameaça de morte coletiva, um direito para a violência objetiva". Cf. Idem, p.31.

<sup>9</sup> Serres comumente faz uso de conceitos genéricos e parece presumir que o seu provável leitor domine algum conhecimento da história da filosofia e das artes, seus clássicos e mesmo da mitologia grega. Quando o autor se utiliza do conceito de cultura como sendo "a nossa cultura", quer-nos parecer que ele não se restringe somente à cultura ocidental (racional, industrial, etc.), mas à cultura "global", caracterizada pela mundialização dos processos de produção, distribuição e consumo propiciada pelas tecnologias, seja de informação ou de flexibilização de capitais. Esta interpretação é plausível se bem apreciarmos o sentido de sua sentença que diz: "Outrora local - este rio, aquele pântano -, global agora - o Planeta Terra". Cf. Idem, p.14.

mutuamente ouvidos e sem que percebam que um *ruído* de fundo os provoca a ouvir algo a mais que suas vozes elevadas. Esses exemplos, alegorias ou metáforas são ilustrativos para a reflexão que Michel Serres deseja perseguir ao longo de sua obra “O Contrato Natural”.

Mas existe um terceiro exemplo que Serres se utiliza para refletir sobre a nossa indiferença ao "mundo das coisas". Ao narrar brevemente as conquistas e mortes de Aquiles, o herói de Homero, em sua *Ilíada*, Serres potencializa as destruições causadas pela Guerra de Tróia. O autor recorre à imagem dos corpos dos soldados inimigos mortos invadindo e transbordando o rio onde as batalhas são travadas (guerras subjetivas), ameaçando o próprio Aquiles nele se afogar. Será que a enchente do rio deve-se à Primavera ou a uma agressão? Eis a pergunta que Serres nos deixa.

O aquecimento da Terra devido ao aumento contínuo da destruição da camada de proteção dos raios solares ameaça um novo dilúvio. O derretimento das calotas polares já é um fato que a climatologia vem constatando e seus efeitos são devastadores, como são devastadores os efeitos das estiagens.

"A história global entra na natureza e a natureza global entra na história: eis o que há de inédito na filosofia"<sup>10</sup>

Se outrora a natureza era um mero palco de representações, agora ela irrompe na cultura global do ser humano.

Serres nos alerta para assinarmos em conjunto o Contrato Natural sob pena de abreviarmos desnecessariamente a vida em todas as suas manifestações. Segundo o autor, na fragilidade do mundo “das coisas” se oculta o vigor de uma força implacável que se orienta mesmo contra sua própria constituição.

Num vale-tudo, certamente, acreditariamos sermos os únicos com direito ao palco sobre o qual digladiamos e contra o qual ferimos de morte suas entranhas. Mas o palco é tudo: sem o mundo não somos nem temos cultura nem história.

\* Professor Adjunto de Filosofia da FURG, Doutor em Educação/UFRGS.

## **Bibliografia**

Enciclopédia Larousse Cultural V.12, p.2863.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria B.N.da Silva. 3.ed. São Paulo:Abril Cultural (Col.Os Pensadores), 1983.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa:Instituto Piaget (Col.Epistemologia e Sociedade), 1990.

---

<sup>10</sup> Cf. Idem, p. 17.